

*Resumo das
Dissertações/Teses
Defendidas na FE/UNICAMP*

Ano de 1987

Ângelo, Roberto Berton de

**A criança e a
representação: herança e
ruptura**

*(Orientador: Prof. Dr. Joaquim
Brasil Fontes Jr.)*

O trabalho procura:

— Determinar a origem e o desenvolvimento da noção clássica de Mimesis, a partir da arte grega, revendo o reaparecimento dessa noção no renascimento e a sua transformação em estereotipia estética.

— Repensar a ruptura da tradição da representação realizada pela modernidade e pelos movimentos de vanguarda.

— Mostrar como a escola se detém no modo de representação e não respeita a representação infantil.



Arana, Hermas Gonçalves

**Discurso sobre o método
fenomenológico**

*(Orientador: Prof. Dr. José Luiz
Sigrist)*

A tese trata do método fenomenológico, segundo Husserl. O método consiste em descrever o objeto intencionado dado à consciência, conforme o modo como a consciência o intenciona e constitui. Remontar aos atos em que o objeto se revela intencio-

nalmente a nós, recolocá-lo nas intenções em que ele se constitui, é tornar inteligível o sentido do objeto, o sentido da sua transcendência em relação a nós, seu modo de existir. Esse objeto é o objeto reduzido; essa consciência é a consciência transcendental. Assim, a descrição e a redução são dois momentos do método. Ambos supõem em níveis diferentes a intencionalidade da consciência.



Bonon, Lucia Helena Perussi

**O processo de construção
das noções espaciais
topológicas na interação
da criança com seu meio
ambiente**

*(Orientador: Profa. Dra. Regina
Alcântara de Assis)*

A presente pesquisa referiu-se a um estudo de caso exploratório, realizado na Escola Municipal de Educação Infantil "Noemia Asbahr", situada num bairro periférico da cidade de Campinas.

O objetivo principal centralizou-se em como crianças de 6 (seis) anos de idade, pertencentes às camadas populares e que frequentam classes de pré em escola pública, construíram as noções espaciais topológicas elementares.

A amostragem da pesquisa foi realizada com 30% do universo da classe, ou seja, 10 (dez) sujeitos, distribuídos equitativamente pelas seguintes variáveis: sexo (masculino/feminino); grupo étnico (branco/negro); tipo de moradia (madeira/alvenaria) e tempo de permanência na escola (integral/parcial).

A fundamentação teórica teve como suporte os estudos de Jean Piaget, quanto à construção operatória do espaço.

Piaget constatou que a construção operatória do espaço realiza-se inversamente

ao aparecimento da história das ciências; isto é, primeiramente a criança constrói as noções espaciais topológicas, depois as projetivas e só mais tarde as noções euclidianas.

Os procedimentos metodológicos utilizados foram: procedimento metodológico I — constou da aplicação de dez provas ortodoxas piagetianas nos dez sujeitos; procedimento metodológico II — foram oito meses de observações naturalísticas em campo realizadas na rotina do dia a dia em sala de aula, acompanhando as atividades dentro e fora da sala de aula.

O tratamento estatístico utilizado foi a "Prova não paramétrica χ^2 " correlacionada com as variáveis acima citadas.

Após a realização das observações naturalísticas em campo, foi possível estabelecer uma categorização das atividades mais significativas que, praticadas em sala de aula, facilitam a construção das noções espaciais topológicas elementares.

No capítulo "Da análise dos dados para a Ação Pedagógica", a autora fez uma reflexão pedagógica, procurando subsídios no suporte teórico referendado e propondo atividades verdadeiramente significativas para a construção operatória do espaço; e qual a postura do professor como desencadeador e orientador dessas atividades.



Cabral, Erivaldo da Costa.

A influência da interação professor-aluno no processo ensino-aprendizagem

(Orientador: Prof. Dr. Sérgio Goldenberg)

O ambiente escolar é um espaço rico em interações sociais. Destas interações sociais, o presente trabalho tem por objetivo o estudo da interação professor-aluno e sua

influência no processo ensino-aprendizagem. Esta interação deveria ser a mais importante de todas as interações sociais que ocorrem no ambiente escolar, pois é o grande meio pelo qual se realiza o processo ensino-aprendizagem, mas tal fato não ocorre na realidade educacional brasileira.

Na realização deste trabalho, utilizou-se, como amostra, artigos científicos publicados em revistas nacionais e estrangeiras existentes em nosso território, bem como dissertações para a obtenção do título de mestre e teses para a obtenção de doutoramento no período de 1979 a 1983.

A amostra, após ser devidamente categorizada e analisada, nos mostrou que o professor é uma pessoa que não se encontra preparada para trabalhar com a pessoa do aluno, e que seu desempenho é profundamente influenciado pela expectativa em relação ao aluno e ao seu próprio desempenho; expectativa esta que na grande maioria das vezes é irreal. Estes fatores vão influenciar o processo ensino-aprendizagem de uma forma muito direta, trazendo como consequência ao aluno os seguintes fatores: a) não desenvolvimento pleno de seu potencial cognitivo; b) perpetuação de seus estereótipos e preconceitos.

Novos estudos se fazem necessários a fim de se poder obter dados que permitam sanar as distorções observadas atualmente no processo educacional no que concerne à interação professor-aluno, podendo assim dar condições para o pleno desenvolvimento do aluno como pessoa e contribuindo para que a educação volte a assumir o seu papel primordial: reflexora dos valores que a sociedade cunha em seus membros.





Camargo, Hilda Miras

Percepções interpessoais em excepcionais mentais educáveis

(Orientador: Profa. Dra. Regina Alcântara de Assis)

Este trabalho visou verificar como são e ocorrem as percepções interpessoais em indivíduos ditos "excepcionais mentais educáveis". Isto foi feito, a partir do estudo das respostas sobre seu desempenho em atividades caseiras (domésticas) e acadêmicas (escolares).

Para tanto, utilizou-se de entrevistas fechadas com alunos, pais e professores de classes especiais.

Os resultados indicaram que o excepcional é visto por ele próprio de modo desvalorizante, e essa percepção é uma somatória de aspectos negativos divulgados com maior frequência pela escola e também pela família.



Castanho, Sérgio Eduardo Montes

Política cultural: reflexão sobre a separação entre a educação e a cultura no Brasil

(Orientador: Prof. Dr. José Luiz Sigríst)

O presente trabalho teve por objetivo desenvolver uma reflexão que buscasse esclarecer o porquê da separação entre educação e cultura no seio das políticas oficiais

e fornecesse alguma pista com o fim de superar os sérios impasses acarretados por essa disjunção.

Para alcançar tal objetivo o trabalho foi dividido em quatro partes. De início, procurei esclarecer o conceito de cultura que nortearia toda a investigação. Encontrei-a na contribuição multidisciplinar, propondo-a como estrutura simbólica produzida pelo trabalho coletivo dos homens, de natureza social e histórica, possuindo dimensões cognitiva (saber) e valorativa (poder), mas não se reduzindo a qualquer de suas dimensões. Em seguida, busquei o conceito de política cultural, encontrando-o na estratégia do Estado para controle das relações sociais mediatizadas pelo mercado de bens simbólicos. Finalmente, dentro da primeira parte, coloquei o problema metodológico, tendo constatado que, para o objeto de investigação, o método adequado seria o histórico.

Na segunda parte estudei, com certo detalhe, os caminhos da separação entre as políticas de educação e de cultura no Brasil republicano. Pude constatar a unidade (elitista) da educação e da cultura na Primeira República. No período de 1930 a 1960 encontrei o rompimento da unidade elitista educação-cultura pela emergência da política de massas; o início da implantação de uma política cultural; o aparecimento das grandes sínteses sobre a realidade brasileira a partir da universidade; e o predomínio da ação cultural da sociedade civil, de que destaquei como paradigmática a autoconsciência do ISEB, sobre a política cultural estadual. Estudo em seguida a intensificação dessa ação cultural da sociedade civil nos anos 60 até 1964, detendo-me, particularmente, nos movimentos de cultura popular e de educação popular. Analiso, na continuação, a política educacional do Estado autoritário, que desculturaliza a educação tecnicizando-a; e sua política cultural, firmemente orientada no sentido da repressão às iniciativas da sociedade civil e da centralização estatal, conferindo autonomia funcional à esfera cultural. Por último, ensaio um entendimento dos anos 80, localizando seu início

em 1978, verificando: a ambigüidade da transição, o impasse da política educacional, a formação da ideologia da política cultural, o debate na sociedade civil sobre a política cultural, o surgimento do Ministério da Cultura em 1985, seu caráter de organizador de *marketing* cultural e, enfim, o problema de suas relações com a indústria cultural. Encontrado o porquê da separação educação-cultura na estratégia de controle estatal, coincidindo sua radicalização com o período autoritário, reencontro, na terceira parte do trabalho, as mesmas tendências em nível municipal, pesquisando a experiência de que participei pessoalmente da criação da Secretaria Municipal de Cultura de Campinas. Enfim, na quarta parte, examino a possibilidade de uma ação de retorno da sociedade civil para o reencontro de algum novo tipo de integração educação-cultura, não atendendo, como nos primórdios republicanos, ao elitismo, mas às demandas populares, que se colocam como horizonte das possibilidades das necessárias transformações da estrutura social brasileira.



Cavalari, Rosa Maria Feiteiro

Os limites do movimento estudantil (1964-1980)

(Orientador: Prof. Dr. Evaldo Amaro Vieira)

Este trabalho é uma análise do movimento estudantil universitário, precisamente a esquerda desse movimento, nas décadas de 60 e 70, procurando apontar seus limites em relação às possibilidades de transformação social.

Procura-se apontar que, por ser a "práxis" estudantil determinada pela situação de classe dos estudantes, essa "práxis" ficará sempre restrita às aspirações da pequena burguesia, ainda quando assume características de radicalização.

Em decorrência disso, conclui-se que mesmo em seus momentos de maior expressão, 1968 e 1977, o movimento estudantil não chegou a ameaçar a ordem estabelecida. Foi um movimento de pequena burguesia, que estava interessada em ampliar suas oportunidades, apesar da forma radicalizada de que se revestiram as lutas estudantis no período enfocado.

Afirma-se, portanto, a impossibilidade de o movimento estudantil ser o agente transformador social, devido às ambigüidades e contradições de classe que o identifica.



Cornejo Sanchez, Luiz Nelson

O processo de implantação do sistema de municipalização de ensino de Arica (Chile)

(Orientador: Prof. Dr. José Camilo dos Santos F^o)

Uma necessidade fundamental de nossa época é a transferência de funções e tarefas do governo central às unidades de governo locais em muitos países. O governo militar chileno fez uma reforma administrativa e política no sentido do fortalecimento de suas unidades de governo local, especialmente das prefeituras.

O objetivo geral deste estudo histórico-descritivo foi analisar o processo de implantação do modelo de descentralização do governo das unidades educativas de Arica. Em síntese, as dimensões do problema da descentralização do sistema educacional chileno que pretendemos pesquisar foram: que modelo de descentralização está sendo implantado no caso do Chile?; qual marco teórico-político e as diretrizes básicas que norteiam este modelo?; quais têm sido os efeitos imediatos da implantação deste modelo em nível local?; repre-

senta este modelo uma autêntica descentralização ou apenas uma pseudodescentralização?

Os principais resultados desta pesquisa foram:

1º) o novo modelo de administração educacional, implantado no Chile, não representa uma efetiva descentralização. O governo chileno desenvolveu apenas um processo de descentralização financeira, e isto foi identificado por ele como uma descentralização plena. Esse processo pode ser considerado como mera modernização do sistema administrativo;

2º) o marco teórico-político que norteia esse processo de municipalização de ensino é o modelo econômico neoliberal e os princípios da Doutrina de Segurança Nacional;

3º) na comparação entre os dados do modelo centralizado (1981) e do modelo descentralizado (1985), no caso da Prefeitura de Arica, a maioria dos resultados imediatos é mais favorável ao modelo de administração descentralizada através da municipalização;

4º) haveria, segundo a percepção dos professores e diretores das escolas municipalizadas de Arica, certo grau de participação nas tarefas da administração escolar, se bem que não foi esclarecido o tipo de

participação e decisão dos professores e diretores. Achamos que elas são em nível de como fazer sua função educadora, isto é, dentro das aulas. Acreditamos que sejam necessários novos estudos para verificar esses resultados.

Em geral, as conclusões desta pesquisa podem resumir-se em que politicamente esse processo está mais próximo da centralização, havendo no máximo certa delegação; administrativamente é mais uma desconcentração do que uma descentralização autêntica, e financeiramente está muito próxima da descentralização porque foi implementada toda uma reforma financeira e tributária que foi favorável às prefeituras e ao ensino. Em suma, apesar da transferência de funções educativas dos órgãos centrais para os locais, o sistema de administração educacional continua, apesar dos resultados obtidos, devido, entre outros fatores, à sua estrutura de governo.

Uma das sugestões seria realizar estudos comparados, no nível dos países latino-americanos, dos modelos de administração educacional descentralizada e verificar o grau de participação, autonomia e decisão da comunidade escolar, especialmente nos casos de governos democráticos e governos autoritários no planejamento das atividades educacionais.

